

**SÉRGIO AUGUSTO ZAMPOL PAVANI
ROGÉRIO EMILIO DE ANDRADE
COORDENADORES**

Parcerias Público-Privadas

Diogenes Gasparini
Iyes Gandra da Silva Martins
Armando Luiz Rovai
Ricardo Antonio Lucas Camargo
Daniel Ritchie
Rita de Cassia Zuffo Gregorio
João Pinheiro de Barros Neto
Rogério Emilio de Andrade
José Virgilio Lopes Enei

Sérgio Augusto Zampol Pavani
Karina Bonetti
Walter Vieira Ceneviva
Kiyoshi Harada
Vera Monteiro
Mario Engler Pinto Junior
Zânia Maria Matias Gouveia
Regina Ribeiro do Valle

MP Editora

2006

**35.078.6(81)
P225pub**



P245

Parcerias público privadas / Sergio Augusto Zampol Pavani, Rogério Emilio de Andrade, coordenadores ; Diogenes Gasparini... [et al.]. - São Paulo : MP Editora, 2006.

Inclui bibliografia. ISBN 85-98848-20-4

1. Parceria público-privada. 2. Contratos administrativos. I. Pavani, Sérgio Augusto Zampol. II. Andrade, Rogério Emilio de, 1968-.

06-0076

CDU 34: 351.712

35.078.6(81)
P225pub



SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Rogério Emilio de Andrade</i>	
APRESENTAÇÃO	9
<i>Sérgio Augusto Zampol Pavani</i>	
AS PPPS NO CONTEXTO INTERNACIONAL	
<i>Daniel Ritchie</i>	11
1. Introdução	11
2. O que é um projeto de PPP?	11
3. Como as PPPs surgiram?	12
4. Perspectiva internacional	13
4.1. Histórico	13
4.2. O progresso das PPPs	14
4.3. Tipos de projetos de PFIs	15
5. Por que PPP e PFI?	16
5.1. Finanças governamentais apertadas	16
5.2. Não é um jogo de soma zero	16
6. Quem são os principais participantes de PPPs e quais são suas funções?	18
6.1. Setor público	18
6.2. Empreiteiro	19
6.3. Advogados	19
6.4. Modelação de financiamento	20
6.5. Recursos humanos	20
6.6. Órgãos reguladores	20
6.7. Políticos	21
6.8. Consumidores finais	21
6.9. Engenheiros	21
6.10. Financiadores	21
6.11. Período de vida útil econômica	22
6.12. Contadores	22
6.13. Arquitetos	22
6.14. Avaliadores	22
7. Conclusão	22
AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS A LUZ DA CONSTITUIÇÃO	
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	23
VISÃO GERAL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	
<i>Diogenes Gasparini</i>	33

35.078.6(81)
P225pub



1. Introdução	33
2. Origem	33
3. Objetivos	34
4. Fundamento constitucional	34
5. Fundamento legal	35
6. Conceito	36
7. Natureza jurídica	36
8. Diretrizes	37
9. Objeto	38
10. Vedações	39
11. Modalidades	40
12. Parceiros	43
13. Escolha do parceiro privado	44
14. Licitação	45
14.1. Edital	48
14.2. Julgamento, adjudicação e homologação	49
15. Contrato	50
16. Remuneração do parceiro privado	51
17. Contraprestação da Administração Pública	52
18. Garantias de responsabilidade do parceiro público	52
19. Garantias de responsabilidade do parceiro privado	53
20. Sociedade de propósito específico	54
21. Comitê Gestor de Parceria Público-Privada	55
22. Fundo garantidor	57
23. Penalidades	58
24. Extinção da parceria público-privada	58

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: ANTIGAS E NOVAS MODALIDADES CONTRATUAIS

Mario Engler Pinto Junior

1. Introdução	61
2. A concessão comum após o advento da Lei nº 11.079/04	62
3. Concessão patrocinada e contraprestação pecuniária	77
4. Peculiaridades da concessão administrativa	82
5. Conclusão	88

PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS: AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO BRASIL

Regina Ribeiro do Valle

1. Setor de infra-estrutura no Brasil	91
2. Fenômeno da globalização e a modificação do papel dos Estados	92

35.078.6(81)
P225pub



3. As parceiras público-privadas como alternativa dos Estados para promover o desenvolvimento sustentável: relatório do Conselho Econômico e Social da ONU	95
4. A parceira público-privada no Brasil: Lei nº 11.079/04	97
5. Aspectos contratuais: repartição de riscos e instrumentalização das garantias na Lei nº 11.079/04	100
Bibliografia	106
 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: UM ENFOQUE GERENCIAL	109
<i>João Pinheiro de Barros Neto</i>	
1. Introdução	109
2. Público e privado: uma contextualização histórica	110
3. Diferenças e semelhanças entre a administração pública e privada	112
4. Parcerias público-privadas no Brasil	115
5. Um enfoque gerencial	119
6. O modelo das franquias postais	121
7. A liderança e a adoção do modelo de franquia	131
8. Considerações finais	133
9. Referências bibliográficas	135
 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO DA CRISE FISCAL DO ESTADO: PERSPECTIVA JURÍDICA	137
<i>Rogério Emilio de Andrade</i>	
1. Instrumentação jurídica das políticas públicas econômicas	137
2. Reflexos jurídicos da crise fiscal do Estado: disciplina jurídica da atividade fiscal do Estado	138
3. Planejamento: determinações normativas para uso eficiente dos recursos públicos	144
4. Considerações finais: adequação das parcerias público-privadas às políticas públicas e às metas fiscais	146
5. Referências bibliográficas	148
 A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COMO TENTATIVA DE SE SOLUCIONAR O DEFICIT ESTRUTURAL BRASILEIRO: O CASO MADEIRA-MAMORÉ À LUZ DO DIREITO	
<i>Ricardo Antonio Lucas Camargo</i>	149
 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: ASPECTOS FISCAIS E ORÇAMENTÁRIOS	179
<i>Vera Monteiro</i>	
1. Introdução	179

35.078.6(81)
P225pub



2. O que são contratos de parceria público-privada?	179
3. Leis Estaduais de PPP	183
4. Regime legal das PPPs	186
5. PPP, LRF e orçamento público	195

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: INCONSTITUCIONALIDADE DO FUNDO GARANTIDOR 205

Kiyoshi Harada

1. Introdução	205
2. Da inconstitucionalidade do fundo de garantia das PPPs	210
2.1. Da vinculação de receitas públicas	212
2.2. Da instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei	218
3. Conclusão	222

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO SETOR ELÉTRICO 223

José Virgílio Lopes Enei

1. Introdução	223
2. As parcerias público-privadas	225
2.1. Contexto histórico das PPPs	225
2.2. As parcerias público-privadas em sentido estrito: características e objetivos	234
3. Investimentos do setor privado no setor elétrico	239
3.1. A reestruturação do setor elétrico brasileiro: o Projeto RE-SEB	239
3.2. O novo modelo do setor elétrico: ambientes de contratação livre e regulada	241
3.3. Investimentos no segmento de transmissão	244
3.4. Investimentos no PROINFA	227
3.5. Programa Emergencial de Termoeletricas	248
4. Potenciais usos das PPPs no setor elétrico	249
4.1. Projetos de geração a partir de fontes alternativas	251
4.2. Universalização dos serviços de energia: sistemas isolados	252
4.3. Projetos estratégicos de maior envergadura	254
4.4. Difusão de melhores técnicas contratuais de alocação de riscos, garantias e financiabilidade	255
5. Conclusões	256

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM TELECOMUNICAÇÕES 259

Walter Vieira Ceneviva

1. Introdução	259
2. Serviços de telecomunicação são serviços públicos	259
3. Dimensão fática das telecomunicações	265
4. Concessões patrocinadas de telecomunicações	266

35.078.6(81)
P225pub



4.1. PPPs na telefonia: viabilidade	266
4.2. PPPs na telefonia: condições contratuais	271
4.3. PPPs em telefonia: contraprestação	274
4.4. PPPs na telefonia: garantias	274
4.5. PPPs em telefonia: licitação	275
4.6. PPPs no acesso a internet	278
5. PPPs nas esferas estadual e municipal	279
6. Uso do FUST	279
7. Conclusão	286

DA NECESSIDADE DE CONSTITUIR SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, SEGUNDO AS REGRAS DISPOSTAS NOS ARTS. 1.039 A 1.092 DO NOVO CODIGO CIVIL	289
Armando Luiz Rovai e Karina Bonetti	

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO QUANTO AS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO	301
Rita de Cássia Zuffo Gregório	
1. Introdução	301
2. Serviço público	301
3. Responsabilidade das prestadoras de serviço público	309
4. Responsabilidade civil do Estado	312
5. Conclusão	316
6. Bibliografia	317

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: ASPECTOS GERAIS E SUA APLICAÇÃO PARA O SETOR DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL DE PASSAGEIROS EM ÔNIBUS	319
<i>Sérgio Augusto Zampol Pavarti e Zânia Maria Matias Gouveia</i>	
1. Apresentação	319
2. Introdução ao tema	319
3. Parceria público-privada: aspectos gerais	321
4. A viabilidade da parceria público-privada no contexto brasileiro	330
5. Alguns aspectos da Lei nº 11.079 referentes ao setor de transporte público municipal de passageiros em ônibus	335

35.078.6(81)
P225pub

